



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual da Educação

REGIMENTO PADRÃO
DO ENSINO FUNDAMENTAL
ESCOLAS DO CAMPO RS

**Secretaria de Estado da Educação Av. Borges de Medeiros, 1501,
Porto Alegre- RS - Fone: (51) 3288 4700 - E-mail: faleconosco@sedcuc.rs.gov.br**

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE MANENEDORA: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO		
ENDEREÇO: AV. BORGES DE MEDEIROS, 1501- PLATAFORMA.		
CEP: 90119-900	CIDADE: PORTO ALEGRE	ESTADO: RS
FONE: (051) 32884700	FAX:	E-MAIL:
Nº CADASTRO NO CEED:		

ESTABELECIMENTO:		
ENDEREÇO:		
CEP:	CIDADE:	
FONE:	FAX:	E-MAIL:
Nº DO CADASTRO NO CEED:		

NATUREZA DO ATO LEGAL RELATIVO AO ESTABELECIMENTO	ÓRGÃO EMISSOR	NÚMERO	DATA

CURSOS OFERECIDOS PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

CURSO OFERECIDO:			
NATUREZA DO ATO AUTORIZAÇÃO	ÓRGÃO EMISSOR	NÚMERO	DATA

Sumário

1. FILOSOFIA/CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	5
2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	5
3. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	6
3.1. <i>Objetivos do Ensino Fundamental</i>	6
3.2. <i>Dos objetivos da Escola do Campo</i>	6
4. DA GESTÃO ESCOLAR	7
4.1. <i>Conselho Escolar.....</i>	7
4.2. <i>Agremiações de Educandos</i>	7
4.3. <i>Equipe Diretiva</i>	7
4.3.1. <i>Diretor(a) e Vice-Diretor(a)</i>	8
4.3.2. <i>Coordenação Pedagógica</i>	8
4.3.3. <i>Supervisão Escolar</i>	8
4.3.4. <i>Orientação Educacional</i>	8
5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	9
5.1. <i>Proposta Político-Pedagógica</i>	9
5.2. <i>Plano de Estudos</i>	11
5.3. <i>Plano de Trabalho do Educador.....</i>	12
5.4. <i>Formação Continuada.....</i>	12
5.5. <i>Princípios de Convivência</i>	13
5.6. <i>Educação Inclusiva.....</i>	13
5.7. <i>Calendário Escolar.....</i>	13
6. CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	14
6.1. <i>Concepções de Currículo e de Conhecimento</i>	14
6.2. <i>Concepção de Ciclos de Formação</i>	14
6.3. <i>Organização dos Ciclos de Formação</i>	15
6.3.1. <i>I Ciclo de Formação – Infância (Alfabetização e Letramento)</i>	15
6.3.2. <i>II Ciclo de Formação - Pré-Adolescência (Pós-Alfabetização)</i>	16
6.3.3. <i>III Ciclo de Formação - Adolescência (Aprofundamento e Consolidação do EF)</i>	16
7. METODOLOGIA	17
7.1. <i>Prática Pedagógica e Metodologia de Ensino:</i>	17

8. AVALIAÇÃO	18
8.1. Caracterização.....	18
8.2. Avaliação do Educando	19
8.3. Avanços.....	20
8.4. Classificação.....	20
8.5. Reclassificação.....	20
8.6. Aproveitamento de Estudos.....	21
8.7. Adaptação de Estudos	21
8.8. Avaliação do Educador.....	21
8.9. Avaliação da Escola	21
8.10. Conselho de Classe Participativo	22
9. SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICOS	22
9.1. Biblioteca Escolar	22
9.2. Laboratórios de Ciências da Natureza	22
9.3. Laboratório de Informática.....	22
9.4. Sala de Recursos	23
9.5. Secretaria da Escola	23
9.6. Manutenção e Infraestrutura	23
9.7. Alimentação Escolar	23
10. REGIME ESCOLAR	24
10.1. Ingresso e Matrícula	24
10.2. Frequência	24
10.3. Atividades Complementares Compensatórias de Infrequência	24
10.4. Transferência.....	25
10.4.1. Documentação Recebida.....	25
10.4.2. Documentação Emitida.....	25
10.4.3. Documentação de Conclusão de Curso:	25
11. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	25

1. FILOSOFIA/CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Política Pública de Educação do Campo respeita todas as formas e modalidades de educação que se orientem pela existência do campo como um espaço de vida e de relações vividas, porque considera o campo como um espaço que é, ao mesmo tempo, produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui como um espaço do novo e do criativo.

A Educação do Campo traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instiga a escola a compreender o campo como um espaço emancipatório e como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade. Essa proposta se embasa no direito à educação, correlacionado aos direitos a terra e à saúde. Isso implica em concepções educativas, culturais, econômicas e ambientais para o campo, mas não apenas para o campo, e sim para toda a sociedade.

O campo e a cidade são dois espaços que possuem lógicas e tempos próprios de educação, ambos com seus valores, se constituindo em espaços diferentes de coexistência.

Pertencer significa reconhecer-se como integrante de uma comunidade e é este sentimento que faz com que se afirmem seus ideais, recriem formas de convivência e de valores de geração a geração. São esses os sentimentos fundamentais na formação da identidade com o campo.

2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A educação escolar, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade proporcionar o pleno desenvolvimento do educando, contribuindo para a compreensão do mundo, a sua integração e participação na sociedade, melhoria na qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania.

Contribuir para o estabelecimento do Regime de Colaboração entre os entes federados, a fim de assegurar a oferta do Ensino Fundamental nas comunidades rurais e articular a educação escolar, na perspectiva do desenvolvimento sustentável; pensar que o local, o território, pode ser reinventado, dinamizado, valorizado e descoberto através das suas potencialidades educativas.

A educação deve garantir a ampla participação dos povos do campo, da comunidade, dos movimentos sociais e das demais organizações representativas nas discussões que permeiam tanto o Projeto Político Pedagógico quanto a sua operacionalização, estabelecendo um diálogo permanente com o Conselho Escolar para que a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável estejam intrinsecamente articulados às práticas dos educadores, concebendo a escola do campo com uma postura aberta, democrática e atenta aos processos que se relacionam ao lugar e ao desenvolvimento sustentável de maneira a valorizar os saberes locais e os novos conhecimentos e, desta maneira, resgatar a importância da escola para a comunidade onde está inserida, sendo tratada como ponto de referência.

3. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Constituir a educação do campo enquanto organizadora e produtora da educação de qualidade. A educação recria o campo porque é através dela que se renovam os valores e as atitudes, os conhecimentos e as práticas de pertencimento à terra.

Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos e possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando saídas e alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente e que contribuam para a permanência da população do/no campo; valorizando saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados, organizando as comunidades em seus territórios. Nas formas de organização, se vivencia a relação com a terra como fonte de cultura, através dos diferentes conhecimentos e raízes históricas, investindo em uma interpretação da realidade que possibilita a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos alternativos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias. Pensar no desenvolvimento para além do seu espaço, da sua comunidade próxima ou da sua região, e da relação dessa região com o desenvolvimento global. Dessa forma, a educação ajuda a pensar em um desenvolvimento integral.

3.1. Objetivos do Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem por objetivos a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. O objetivo de ensino fundamental é dar ao educando uma ideia integrada da vida e das relações dos seres vivos entre si e com a natureza.

3.2. Dos objetivos da Escola do Campo

São objetivos da Escola do Campo:

I – O reconhecimento de seus modos próprios de vida, suas culturas, tradições e memórias coletivas, como princípios fundamentais para a constituição da identidade das crianças, adolescentes e adultos;

II – A valorização dos saberes e do papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo, seus ambientes natural e cultural, assim como as práticas ambientalmente sustentáveis que utilizam;

III – A reafirmação do pertencimento como elemento importante de construção da identidade;

IV – A elaboração do calendário escolar, das rotinas e atividades considerando as especificidades locais, as diferenças relativas às atividades

econômicas, produtivas e culturais, sempre garantindo o total de horas/dias letivos anuais obrigatórios por lei e dispostos no currículo;

V - A superação das desigualdades escolares como contribuição para superar as desigualdades sociais que afetam essas populações, tendo por garantia o direito à educação.

VI - A garantia do processo de escolarização dos educandos com aos educandos com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, nas turmas comuns e a sua interação com os contextos educacional, familiar, social e cultural.

4. DA GESTÃO ESCOLAR

4.1. Conselho Escolar

O Conselho Escolar é o órgão colegiado, de representação da comunidade escolar. É a principal instância da escola, com funções consultiva, deliberativa, executora e fiscalizadora das questões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. É composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: educandos, pais/responsáveis, educadores e funcionários, tendo como membro nato o Diretor da Escola.

O Conselho Escolar reflete a gestão democrática da escola pública, tendo como pressuposto a participação de toda a comunidade escolar. Com a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, delibera sobre a construção e a gestão de sua Proposta Político-Pedagógica, do Regimento Escolar e de todos os temas pertinentes à gestão democrática da escola.

4.2. Agremiações de Educandos

São organizações que congregam e representam os educandos da escola, com fins culturais, educacionais, desportivos e sociais, podendo constituir Estatuto próprio. As agremiações têm, como uma de suas funções, promover a integração e a articulação dos educandos entre si e com todos os segmentos da comunidade escolar, vivenciando a ética e a cidadania.

4.3. Equipe Diretiva

Desta instância participam: Diretor (a), Vice-Diretor (a) indicados por votação direta pela comunidade escolar e Coordenador (a) Pedagógico (a), conforme a Lei da Gestão Democrática e a Política de Recursos Humanos da Mantenedora. É a instância colegiada, responsável pela direção e coordenação dos trabalhos político-administrativo e pedagógico da escola. Tem, como funções, articular, elaborar, propor, problematizar, mediar, operacionalizar e acompanhar a Proposta Político-Pedagógica da escola, a partir das deliberações e encaminhamentos do Conselho Escolar; bem como coordenar, observar e zelar

pelo respeito às normas regimentais.

4.3.1. Diretor(a) e Vice-Diretor(a)

O(A) Diretor(a) e os Vice-Diretores são escolhidos (as) por indicação, mediante votação direta pela comunidade escolar conforme a Lei da Gestão Democrática e a Política de Recursos Humanos da Mantenedora, cumprindo e fazendo cumprir o disposto neste Regimento, em conjunto com o Conselho Escolar e demais componentes da Equipe Diretiva. O Diretor participa e coordena as discussões e a elaboração da Proposta Político-Pedagógica da Escola, bem como acompanha sua execução. O(A) Diretor (a) indica o(a) Vice-Diretor(a) que o(a) substituirá em seus impedimentos legais, conforme a Lei da Gestão Democrática.

4.3.2. Coordenação Pedagógica

É a instância que contribui para a construção do processo de aprendizagem. Pode ser composto pelo Supervisor Escolar, ou Educador (a) Coordenador(a) Pedagógico(a), e pelo Orientador(a) Educacional, conforme a Política de Recursos Humanos da Mantenedora. A Coordenação Pedagógica, numa ação integrada, participa do planejamento, execução e avaliação da Proposta Político-Pedagógica.

O Coordenador Pedagógico é o articulador do fazer pedagógico na escola, coordenando o planejamento e a implementação de todas as atividades pedagógicas. Contribui no processo de avaliação e de reflexão, orientando a ação de cada segmento da escola. Busca conhecer a realidade vivencial dos educandos e a história da própria comunidade, a fim de que a equipe de profissionais da escola possa melhor atender a todos os educandos em seu processo de desenvolvimento.

4.3.3. Supervisão Escolar

Tem por objetivo de trabalho articular e criticar de forma construtiva o processo educacional. Motiva a discussão da comunidade escolar acerca da inovação das práticas educativas, visando garantir a qualidade do ensino; o ingresso, a permanência e aprendizagem dos educandos; proporcionando a inclusão no processo, ou seja, o sentimento de pertencer à escola.

4.3.4. Orientação Educacional

O(A) Orientador(a) Educacional, devidamente habilitado para função, proporciona condições que facilitem a integração entre escola, família e comunidade, colaborando na obtenção de ambiente educativo favorável, acolhedor e inclusivo.

5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

5.1. Proposta Político-Pedagógica

A Proposta Político-Pedagógica tem por finalidade orientar a ação dos educadores da instituição escolar, permitir a crítica da realidade atual e fornecer o referencial, para avaliar o processo de execução do trabalho transformador nele proposto. Assim, ela é o referencial teórico-prático a partir do qual cada educador orienta sua prática educativa docente.

A Proposta Político-Pedagógica da escola do campo contempla a diversidade nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos e estéticos, de gênero, geração e etnia, com abordagem curricular que enfatiza a natureza como fonte de vida, relacionando a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo consciente, às pluralidades étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.

A escola que atende a essas populações deve trabalhar com a diversidade e transversalidade de forma integrada, contínua e permanente, em todas as áreas do conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares, bem como assegurar aos educandos o acesso a outros bens culturais que lhes permitam estreitar o contato com outros modos de vida e outras formas de conhecimento.

Para garantir as aprendizagens básicas aos educandos, no tempo organizado por Ciclos de Formação, é preciso assumir uma postura pedagógica mais plural e interconectada de conceber a educação, onde a escola, o educador, o educando e, sobretudo, a infância são o ponto de partida.

Tendo em vista a especificidade da infância, é necessário trazer para as ações pedagógicas do **I Ciclo de Formação**, Alfabetização e Letramento, educandos de 6 a 8 anos, de que elas possam aprender brincando, como tema recorrente nas discussões sobre o papel da escola e das infâncias.

Destaca-se a importância das brincadeiras livres – sozinhos, em pares, em pequenos e/ou grandes grupos; dos jogos dramáticos e de faz de conta que estimulem o imaginário; das oportunidades de movimentação ampla e de exploração dos diferentes espaços, sobretudo daqueles que propiciam contato direto com a natureza; de ensinar os jogos tradicionais e de dar oportunidade de acesso aos mecanismos tecnológicos contemporâneos.

É importante favorecer a imersão da criança nas culturas infantis ancestrais e contemporâneas, nas culturas locais e universais, problematizando-as, ressignificando-as para que as educandos possam aprender brincando. Isto implica associar a aprendizagem ao desenvolvimento do lúdico, ou seja, o estabelecimento de relações entre a criança e os objetos de conhecimento envolvidos, ao assimilar, (re)significar e mobilizar regras lógicas, produzir o inusitado num contexto regrado.

Convém salientar que o jogo, por exemplo, é atividade reelaborada e ressignificada no processo de experimentar a atividade lúdica.

É necessário oferecer espaços onde as educandos possam manusear livros, jornais e revistas, jogos, desafios pedagógicos e desenvolver seus conhecimentos sobre fenômenos físicos, naturais e sociais através da

observação de animais, plantas, minerais e outros objetos do mundo natural e social.

No Ciclo de Alfabetização, a grande maioria, são educandos que se encontra em diferentes momentos do processo de letramento. Dessa forma, é necessário pensar não apenas que atividades que serão propostas, mas, principalmente, como tais atividades serão vivenciadas por educandos com ritmos e experiências diversos.

Trata-se de assegurar que todas as meninas e meninos estejam alfabetizados, na perspectiva do letramento até seus 08 anos, o que exige um trabalho focado, conjunto e integrado, pautado em meios diferenciados de gestão, que envolvam verdadeiramente todos os sujeitos da comunidade escolar nesse mesmo propósito.

No **II Ciclo de Formação**, situado entre os 9 e 11 anos de idade, o educando encontra-se na fase das operações concretas, que é uma etapa marcada por grandes aquisições intelectuais. Nessa fase, aparecem novas formas de explicações que deixam de ser egocêntricas e passam a serem explicações por identificação. A criança vive um estágio intermediário entre a heteronomia moral (heteronomia é o contrário de autonomia, e é quando um indivíduo se sujeita à vontade de terceiros ou de uma coletividade, sendo um conceito básico do Estado de Direito, em que todos devem se submeter à vontade da lei) e a autonomia plena. Nessa fase, aparecem: o tédio, a piedade que sente de si mesmo, os sonhos ambiciosos e a identificação com certos personagens. Na fase das operações concretas, a criança argumenta bastante, especialmente com outras crianças e não tanto com os adultos. O argumento tende a ser em voz alta e agressivo. Os jogos são coletivos e menos individualistas. Querem regras definidas para controlar o jogo. Não gostam de perder e são muito competitivas. Surgem os clubes e/ou os grupinhos.

Este é o estágio em que se atinge o equilíbrio das operações concretas. O educando faz operações mentalmente, embora continue pensando em objetos reais. É capaz de conservar quantidades, comprimentos, números. Usa palavras e outros símbolos para representar objetos concretos quando faz explorações mentais. Realiza experimentos e explicações lógicas. Estabelece correspondências biunívocas exatas, há conservação do número, as atividades em matemática ainda precisam dar muita ênfase à manipulação de objetos. Ainda não faz abstrações puras. A linguagem encontra-se totalmente socializada. É muito obediente ao adulto e reconhece sua autoridade. Tem um sentido crescente do certo e do errado. Vê a punição como consequência das ações erradas, e com frequência vê-se injustiçada.

No período da puberdade, a introspecção representa uma ameaça à aprendizagem e ao progresso no que se refere à socialização. A cooperação e a reciprocidade passam a ser compreendidas como pré-requisitos para a realização de qualquer regra e comportamento social. A coerção dá lugar à cooperação.

No **III Ciclo de Formação**, situado entre os 12 e 14 anos de idade, nesta fase, o adolescente está passando para maneira adulta de pensar. Os seus processos de pensamento são semelhantes aos dos adultos, não só se ajudam uns com os outros, mas também testam, insistentemente, as capacidades mútuas para lealdades constantes, no conflito de valores. O adolescente é um

indivíduo que constrói sistemas e teorias, pensa ideias abstratas e efetua operações, usando abstrações que não têm necessariamente, referência concreta tangível. É capaz de pensar em termos abstratos, formular hipóteses e testá-las sistematicamente. Pensa para além do mundo real e além do presente. Pode fazer uso efetivo do conceito de honestidade e lealdade, de números negativos, força, velocidades, tempo e partículas atômicas. Sobre os conceitos de amor e ódio, bem como os de interesse e apatia, muitas vezes, o adolescente os experimenta de forma contraditória. A maturação do instinto sexual é marcada por desequilíbrios constantes.

Os adolescentes preocupam-se com problemas de valores, de ideologias e com o futuro. Nesta idade, o jovem tem preocupação em como se parece aos olhos dos outros. É um período em que investiga a sua própria identidade. A representação da figura humana é satirizada, com comentários pejorativos.

Inicia-se, a partir dos 14 anos, um período de decisão. Preocupa-se em atender às diferenças individuais, já que as aptidões se evidenciam com maior clareza. Adquire um sentido intuitivo da cor e do traçado; busca dar à cor uma forma criadora. Torna-se um teórico, formula teorias sobre qualquer coisa, tudo tem sua explicação, seu lugar. Adquire habilidade em fazer proposições. Vê que a linguagem lhes dá um sistema de conceitos, ideias, classificações e relações que são convencionais. Usa a linguagem como o veículo do pensamento, especialmente para o pensamento abstrato onde os objetos concretos não existem. A experimentação aparece com uma noção adequada. Possui elementos necessários para utilizar o método experimental da Ciência. Nesta fase, a mentira é vista como algo intencionalmente falso. Quebrar as regras não é visto como algo absolutamente errado. Agir mal ainda merece punição, mas somente para aquele que age mal. As regras passam a ser vistas como resultado de um consenso coletivo, tendo cada membro desse coletivo o compromisso recíproco de respeitá-las, desde que haja lealdade de todos com essas regras. Os atos são julgados segundo sua intenção original e não pelas consequências objetivas provocadas, mas imprevisíveis.

5.2. Plano de Estudos

O Plano de Estudos é construção coletiva da escola, com participação de todos os segmentos da comunidade, deve ser apreciado pelo Conselho Escolar e homologado pela mantenedora. É concebido como um conjunto orgânico articulado que deve assegurar a possibilidade de diferentes formas de organização da formação geral - áreas do conhecimento - e da parte diversificada para cada um dos Ciclos de Formação. É organizado de forma integrada, através de unidades de estudo, módulos, conceitos, projetos contextualizados e interdisciplinares e/ou desenvolvimento transversal, temas geradores, atividades disparadoras ou ainda em outras formas de organização, conforme o disposto na Proposta Político-Pedagógica da escola e as especificidades de cada Ciclo de Formação devendo contemplar a educação inclusiva.

O Plano de Estudos precisa responder a questões básicas tais como contemplar no planejamento o envolvimento das crianças, dos adolescentes ou jovens, visando incentivar seu interesse para o mundo no qual estão inseridos;

despertar a vontade de aprender, instigando a curiosidade, a pesquisa, a criatividade, a iniciativa e a autonomia; explicitar os conceitos de criança, de adolescente ou de jovem; trabalhar com os diferentes níveis de aprendizagem presentes nos Ciclos de Formação.

O Planejamento Pedagógico Curricular é elaborado trimestralmente pelo coletivo de educadores que compõem cada Ciclo de Formação, e organiza suas ações pedagógicas a partir do Plano de Estudos. É um guia de orientação que estabelece as metas, os meios, as estratégias e os recursos de realização do trabalho docente. Sua função é orientar a prática docente a partir da reflexão sobre a própria prática. Para alcançar os objetivos, são necessários vários passos, de modo que a ação docente obedeça a uma sequência lógica. A coerência entre os objetivos gerais, objetivos específicos, os conteúdos, métodos e avaliação. Pensar a rotina dos grupos do Ciclo da Alfabetização, Pré-Adolescentes e Adolescentes, passa por planejar o uso dos variados recursos disponíveis, de maneira a oferecer diferentes alternativas para as meninas e meninos entrarem em relação com o conhecimento socialmente construído.

Destacamos que é necessário operacionalizar um conjunto de ações interligadas por meio de um planejamento pedagógico com propostas diversificadas, no qual, cada estudante constrói positivamente seus saberes. Como consequência deste movimento, há uma redefinição em relação ao que é o conhecimento e como ele se constrói, redimensionando os tempos, espaços e agrupamentos de educandos, objetivando a aprendizagem de todos e de cada um.

Assim, antes de serem educadores de matemática, os docentes passam a entender-se como educadores da infância, da pré-adolescência ou da adolescência.

5.3. Plano de Trabalho do Educador

O Plano de Trabalho do Educador integra a Proposta Político-Pedagógica da Escola, em consonância com o Plano de Estudos. Organiza o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, considerando também atividades específicas para educandos com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação.

Organiza o trabalho docente, permitindo uma avaliação diagnóstica do processo de aprendizagem dos estudantes e do próprio educador, pressupondo a reflexão sistemática sobre as práticas educativas. Implica no registro escrito e sistematizado do planejamento do educador e de seus desdobramentos nas atividades de sala de aula.

5.4. Formação Continuada

O Processo da Formação Continuada, garantido aos educadores e funcionários, consta da Proposta Político-Pedagógica e do Calendário Escolar e tem, como finalidade, ajudar na criação coletiva de estratégias pedagógico-metodológicas que auxiliem na garantia das aprendizagens de todos os educandos. O contexto da escola deve ser o ponto de partida desencadeando o

sentimento de pertencer e valorizar o campo como espaço essencial para o desenvolvimento da sociedade.

A formação continuada das educadoras e educadores do campo deve contribuir para a construção, naqueles espaços de ensino-aprendizagem, das identidades das comunidades rurais, considerando que, formação é todo processo educativo que proporciona, aos seres humanos, a possibilidade de se constituírem enquanto seres sociais responsáveis e livres, capazes de refletirem e de agirem com uma postura ética.

5.5. Princípios de Convivência

Os Princípios de Convivência são os pilares que orientam as relações entre os diferentes segmentos, organizando a vida na escola. São elaborados pela comunidade escolar como um todo, com a participação e a avaliação do Conselho Escolar. Dos Princípios de Convivência se originam as normas que, constantemente reavaliadas, devem refletir a dinâmica e a realidade da escola. Possibilitam um processo coletivo e permanente de discussão, desde o espaço da sala de aula ao todo da escola, num exercício permanente de democracia participativa considerando os valores éticos, o diálogo, a justiça, a igualdade, a fraternidade e a cidadania.

5.6. Educação Inclusiva

A concepção da inclusão educacional expressa o conceito de sociedade inclusiva como aquela que não elege, não classifica e nem segrega indivíduos, mas que modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos.

A Educação Inclusiva, integrada à Proposta Político-Pedagógica da escola, objetiva promover o acesso à acessibilidade, à participação e à aprendizagem aos educandos com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, sempre levando em consideração que o educando é o parâmetro de si mesmo. Nesta perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado, que é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, consiste no conjunto de atividades pedagógicas realizadas pela Educação Inclusiva, que favorece o processo de escolarização dos educandos nas turmas comuns e a sua interação com o contexto educacional, familiar, social e cultural.

5.7. Calendário Escolar

O calendário escolar, construído junto com a comunidade, deve adequar-se às peculiaridades locais, conforme as fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e econômicas, respeitando o mínimo de 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho escolar.

No caso do uso da pedagogia da alternância, o cronograma das atividades alternadas deve estar previsto no calendário geral da escola. O

Calendário e suas alterações, fundamentadas em motivos relevantes, devem ser aprovados pelo Conselho Escolar e homologado em tempo hábil pela Coordenadoria Regional de Educação.

6. CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1. Concepções de Currículo e de Conhecimento

É preciso pensar o conhecimento e o currículo como uma ampla rede de significações, tornando a escola um lugar de construções coletivas. O currículo interdisciplinar resgata a inteireza do ser, do saber e do trabalho em parceria; e expressa a sociedade que queremos, com uma cultura de paz e de desenvolvimento humano, ou seja, a sociedade que se quer construir.

A rapidez das transformações, presentes em todos os setores da sociedade atual, sugere uma concepção de ensino e de currículo, embasada na interdependência entre os diversos campos de conhecimento. Assim, supera-se o modelo fragmentado de estrutura curricular, anteriormente fundamentada em conteúdos isolados, disciplinas e anos/séries. Quanto mais se acelera a produção dos saberes humanos, mais se faz necessário garantir a visão do todo.

A interdisciplinaridade é apontada como concepção de ensino e de currículo que assegura a interação e a comunicação entre as disciplinas, levando a um conhecimento harmônico e significativo. Evidencia-se que a interdisciplinaridade, em seu sentido estrito, corresponde a uma intersecção estrutural da diversidade de conhecimentos desenvolvidos, observando-se também o papel do educador, seu envolvimento e formação. Pela via pedagógica da interdisciplinaridade, acontece a construção de uma escola participativa que constrói seus conhecimentos, atendendo às exigências no campo da pesquisa e da produção de conhecimento. Isso que implica em uma série de aprendizagens a serem desenvolvidas pela escola, tais como as competências linguística, lógico-matemática, espacial, cinestésica, musical, pictórica, intrapessoal e interpessoal.

A complexidade exige um repensar do currículo escolar, embasada na ideia de rede de relações, no âmbito de uma proposta interdisciplinar. O currículo escolar atualizado contempla o modo de funcionamento da mente humana, as necessidades da aprendizagem e as novas tecnologias da informação, que estão diretamente associadas à concepção de inteligência.

6.2. Concepção de Ciclos de Formação

Nos Ciclos de Formação, o conhecimento se desenvolve coletivamente, através da interação entre todos e da dimensão integradora da aprendizagem com as áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar.

O currículo por Ciclos de Formação define a forma da escola organizar o tempo e o conhecimento, harmonizados com o processo de desenvolvimento humano e com a finalidade de uma educação de qualidade social, garantindo a aprendizagem dos educandos na escola. Nesse sentido, os Ciclos de Formação

superam a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem. Os Ciclos de Formação se constituem em um caminho potencial para a democratização do ensino, sendo instrumentos para o desenvolvimento de relações sociais mais igualitárias.

O currículo da escola do campo organizado por Ciclos de Formação tem duração de nove anos tendo, cada ciclo, a duração de três anos ininterruptos. É assegurado ao educando que, ao término de cada ciclo, ainda se encontrar em processo de construção das aprendizagens daquela etapa pedagógica, que possa permanecer naquele Ciclo de Formação, até a consolidação das aprendizagens que o permita acompanhar, com êxito, o Ciclo de Formação subsequente, podendo progredir a qualquer tempo.

Por dentro do Ciclo de Formação, criam-se grupos de estudos como estratégia pedagógica, para contemplar os diferentes estágios de aprendizagem e de conhecimento presentes no coletivo de educandos que compõe cada Ciclo de Formação.

Os grupos de estudos se caracterizam como recurso de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas que são imprescindíveis para o prosseguimento nos estudos.

Portanto, é relevante considerar a fase de desenvolvimento do educando, nas diferentes faixas etárias, que regem as suas aprendizagens e os seus processos cognitivos, o que oferece ao educador, um referencial indispensável sobre os modos de ensinar; o quando e como aprender; e o que é possível ensinar e aprender em cada momento.

6.3. Organização dos Ciclos de Formação

Na organização do ensino por Ciclos de Formação há a necessidade de planejar o trabalho escolar, correspondente a cada um dos Ciclos de Formação atendidos. Necessita estar bem caracterizado para o educador e o educando, que conhecimentos e aprendizagens são imprescindíveis para que os educandos possam consolidar sua construção cognitiva e acompanhar o Ciclo de Formação subsequente, ou concluir o curso. Esse processo pedagógico exige formação e avaliação permanente, que ajude o educador a conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, frente à heterogeneidade que compõem o seu coletivo de trabalho. O educador precisa conhecer e identificar as condições de aprendizagem de cada educando, as suas possibilidades e os seus limites e planejar a partir disso.

6.3.1. I Ciclo de Formação – Infância (Alfabetização e Letramento)

O planejamento pedagógico dos três anos iniciais do Ensino Fundamental deve assegurar:

I - a alfabetização e o letramento;

II - o desenvolvimento das diversas formas de expressão, que incluem o aprendizado global e interdisciplinar.

O Ciclo da Alfabetização se consubstancia como espaço de apropriação e

produção de conhecimento, onde afeto, cognição e ludicidade caminham juntos e integrados. Nesta perspectiva, cabe aos educadores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade nas salas de aula, utilizando mais intensamente as diversas linguagens da literatura, das artes, por meio de materiais que ofereçam condições de raciocinar, criar, manusear e explorar as suas características e propriedades.

O atendimento pedagógico neste Ciclo de Formação se caracteriza pela unidocência.

6.3.2. II Ciclo de Formação - Pré-Adolescência (Pós-Alfabetização)

O planejamento pedagógico desta fase de desenvolvimento, II Ciclo de Formação, deve levar em consideração as diferentes áreas do Conhecimento na perspectiva interdisciplinar.

O desenvolvimento das diversas formas de expressão, que incluem o aprendizado global e interdisciplinar, ocorre a partir das grandes áreas do conhecimento, ou seja, Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática.

Neste Ciclo de Formação a organização pedagógica se dá pelo agrupamento em duas áreas, um educador para cada duas áreas do conhecimento.

Nesta perspectiva, cabe aos educadores, adotarem estratégias de trabalho pedagógico, que favoreçam a constituição de grupos, onde se desenvolvam a cooperação, a participação, a formação de opiniões próprias e a solidariedade.

6.3.3. III Ciclo de Formação - Adolescência (Aprofundamento e Consolidação do EF)

O planejamento pedagógico do III Ciclo de Formação deve considerar as várias formas de expressão que estão associadas ao aprendizado interdisciplinar das áreas do conhecimento conforme a Base Nacional Comum; e que considere os saberes da terra, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável, perpassando pela diversidade e transversalidade do conhecimento. Nesta perspectiva, cabe aos educadores adotar estratégias interdisciplinares de trabalho pedagógico, para que os (as) educandos possam construir sistemas e teorias, efetuar operações, pensar em termos abstratos, formular hipóteses e testá-las sistematicamente.

O atendimento pedagógico neste Ciclo de Formação se dá através das quatro áreas do conhecimento e de seus componentes curriculares, com ao menos um educador por área do conhecimento.

7. METODOLOGIA

7.1. Prática Pedagógica e Metodologia de Ensino:

A Escola Interdisciplinar

O currículo interdisciplinar se constitui no paradigma no qual a função da escola é de construir, pela práxis, uma nova relação humana, revendo criticamente o acervo de conhecimentos acumulados e tomando consciência da participação pessoal na definição de papéis sociais, quanto a conteúdos, metodologias e atividades; e também no que se refere à maneira de tratar o educando e aos comportamentos que devem ser estimulados, tais como: a auto expressão (livre, crítica, criativa e consciente); a autovalorização (reconhecimento da própria dignidade); a corresponsabilidade (iniciativa, participação e colaboração); a curiosidade e a autonomia na construção do conhecimento, estabelecendo uma rede de significação interdisciplinar, entre outros papéis. A educação de qualidade se fundamenta na organização de um currículo interdisciplinar e é alcançada via gestão participativa, trabalho de equipe, parceria e cooperação.

A organização e o movimento do espaço/tempo pedagógico em sala de aula, por grupos e subgrupos de estudos, devem atender aos tempos de aprendizagem dos educandos, com composição e duração variáveis, possibilitando a construção do conhecimento em diálogo, em cooperação e com troca de saberes. Esses grupos/subgrupos se caracterizam como recurso de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento nos estudos.

Todas estas estratégias visam superar o modelo individualista, fragmentado e centralizador de administração e de produção do saber.

Uma prática escolar interdisciplinar tem algumas características que podem ser apontadas como fundamentos ou "pistas" para a transformação curricular; e que exigem mudanças de atitudes, de procedimentos e de posturas por parte dos educadores e de todos os sujeitos envolvidos, tais como:

- ★ Perceber-se interdisciplinar, sentir-se parte do universo e um universo à parte (resgatar sua própria inteireza, sua unidade);
- ★ Historicizar e contextualizar os conteúdos (resgatar a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens, causas, consequências e significações; aprender a ler jornal e a discutir as notícias);
- ★ Valorizar o trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, integrada (tanto o corpo docente como o corpo discente), estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas e as atividades do currículo;
- ★ Desenvolver atitude de busca, de pesquisa, de transformação, de construção, de investigação e de descoberta;
- ★ Definir uma base teórica como eixo norteador de todo o trabalho escolar, seja humanista (que tipo de ser humano se quer formar), psicopedagógico (que teoria de aprendizagem fundamenta o projeto escolar), ou relacional (assim como as relações interpessoais, a questão do poder, da autonomia e da centralização decisória na escola);

★ Dinamizar as coordenações dos diversos coletivos (trabalho integrado com conteúdos afins), enriquecendo e atualizando planejamentos e plano de estudos do Ciclo de Formação/áreas/disciplinas;

★ Resgatar o sentido do humano, o mais profundo e significativo eixo da interdisciplinaridade, perguntando-se a todo o momento o que há de profundamente humano neste novo conteúdo e em que este conteúdo contribui para que os educandos se tornem mais humanizados;

★ Trabalhar o conteúdo contextualizado, organizando-o por meio de conceitos/temas geradores /pedagogia de projetos/unidades de trabalho. Estas possibilidades de organização do ensino contribuem para superar a artificialidade da escola, aproximando-a da vida real; e estimulam a iniciativa, a criatividade, a cooperação e a corresponsabilidade.

★ Desenvolver projetos coletivos na escola, garantindo a integração de conteúdos através do planejamento coletivo tendo os Ciclos de Formação/áreas/disciplinas como referência. Um projeto surge de uma situação, de uma necessidade sentida pela própria escola e consta de um conjunto de tarefas planejadas e empreendidas por iniciativa da escola/Ciclo de Formação/grupo, em torno de um objetivo comum.

★ Realiza-se, assim, a proposta da escola interdisciplinar ao buscar o sentido e a unidade do conhecimento, do ser e da vida, também favorecendo o processo de escolarização dos educandos com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, nas turmas comuns e a sua interação com os contextos educacional, familiar, social e cultural.

8. AVALIAÇÃO

8.1. Caracterização

A Avaliação Emancipatória é concebida como processual/contínua, diagnóstica, investigativa e prognóstica; e envolve os educandos, a escola e os segmentos da comunidade escolar. A avaliação como processo surge da necessidade de observar o educando em diferentes situações, considerando não só as produções em si, mas também as circunstâncias e condições de sua elaboração, que podem interferir favorecendo ou dificultando as aprendizagens.

A investigação contínua sobre os processos da construção da aprendizagem demanda rigor metodológico, por meio de registros significativos que sinalizem as possibilidades de transformação.

Avaliar, nessa ótica, é investigar os sentidos da construção realizada, da consciência crítica, da autocrítica e do autoconhecimento; investindo na autonomia, na autoria, no protagonismo e na emancipação dos sujeitos.

Na dinâmica educativa, a avaliação é diagnóstica, ou seja, um referencial para o planejamento e a execução das atividades, que envolve educador e educando. É preciso avaliar permanentemente e processualmente. A avaliação é uma atividade que não existe nem sobrevive por si mesma, devendo estar sempre articulada com o processo de ensino e a Proposta Político-Pedagógica. Dessa forma, a avaliação diagnóstica tem caráter formativo, por considerar o

processo educativo, com vistas a reorientá-lo. E recebe o nome de avaliação sumativa quando ocorre ao final do processo, com a finalidade de apreciar o desenvolvimento deste.

Nessa perspectiva, entende-se que a função social da avaliação é acreditar no educando e em sua aprendizagem.

8.2. Avaliação do Educando

Considerando que o educando é também o sujeito responsável pelo seu ato de aprender, a autoavaliação, associada à avaliação do educador, é uma estratégia fundamental para a consistência do processo avaliativo. O sujeito constrói o seu conhecimento; conseqüentemente, constrói também sua avaliação e avalia a sua aprendizagem. Dessa forma, o próprio educando está apto para dizer sobre o que está ou não aprendendo.

Na avaliação processual, educador e educando se utilizam de vários recursos para registrar e acompanhar os momentos da aprendizagem, tais como: produções textuais, gráficos, estudo de casos, portfólios, questões dissertativas, produção de jogos lógicos, relatórios, elaboração e aplicação de roteiros de entrevistas, produção de mapas, construção de diários, relatórios virtuais e assim sucessivamente.

A Avaliação Emancipatória, permite constatar as construções de aprendizagem do educando quanto aos processos cognitivos, aos princípios básicos da formação geral/áreas do conhecimento e parte diversificada e às relações interpessoais. Esta avaliação indica, com objetividade, se o educando evidencia segurança, iniciativa, criatividade, compreensão, empenho, interesse, criticidade, originalidade e compromisso no processo, sendo expressa trimestralmente no **Parecer Descritivo**.

Quando o educando encontra-se ainda em processo de construção de aprendizagens naquele Ciclo de Formação, evidenciada através da avaliação diagnóstica, se define pedagogicamente a forma adequada de contribuir com a aprendizagem do educando durante o processo. O trabalho de sala de aula será redimensionado pelo educador, para atender a diversidade do grupo no Ciclo de Formação, no cotidiano, devendo oportunizar atendimentos individuais e ou em pequenos grupos, no horário normal de funcionamento do Ciclo de Formação.

Nesse sentido, as oportunidades de **recuperação de aprendizagens** e de conhecimentos são possibilitadas cotidianamente e em tantas oportunidades quantas sejam necessárias para assegurar a aprendizagem do educando.

Quando o educando apresentar acentuada defasagem de aprendizagem nas áreas do conhecimento, formação geral e diversificada relativas àquele Ciclo de Formação e quando já tenha passado pelo processo de acompanhamento pedagógico durante os trimestres sem retornos significativos quanto ao acompanhamento e ao desenvolvimento das aprendizagens e dos conhecimentos básicos necessários à continuidade de seus estudos, sempre associados àquela fase de desenvolvimento humano, se define a permanência do educando no mesmo Ciclo de Formação durante o tempo necessário, não superior a um ano letivo, para que possa acompanhar o Ciclo de Formação subsequente ou concluir o curso.

O Parecer Descritivo detalha e registra, trimestralmente, os aspectos avaliativos em que o educando obteve aprendizagem, bem como aqueles cuja construção da aprendizagem se encontra em processo.

Somente nos momentos da conclusão de cada Ciclo de Formação ou do Ensino Fundamental, o Conselho de Classe define as situações **de Promoção (PR) ou de Permanência (PE)** do educando no Ciclo de Formação ou no curso, expressa nos **Pareceres Descritivos**.

A avaliação dos educandos com Atendimento Educacional Especializado/AEE é construída de maneira articulada entre os profissionais que realizam esse atendimento e o coletivo dos educadores da escola, de modo a favorecer o pertencimento ao grupo em que os educandos estão incluídos.

8.3. Avanços

O avanço escolar é uma estratégia pedagógica individual que possibilita, aos educandos com ritmos de aprendizagem diferenciados demonstrados através do domínio pleno da construção do conhecimento e da maturidade adequada à sua fase de desenvolvimento humano, avançar para o ciclo de estudo subsequente a qualquer tempo. Cumpre à escola identificar estes educandos em Conselho de Classe e proporcionar as oportunidades de avanço com registros específicos na documentação do educando.

8.4. Classificação

A classificação do(a) educando(a) no Ensino Fundamental é feita por:

- Promoção, para educandos que realizaram com êxito a construção de conceitos, conhecimentos e aprendizagens necessários ao desenvolvimento dos processos cognitivos associados ao respectivo ciclo;
- Transferência, para educandos oriundos de outras escolas, respeitando os registros de avaliação da escola de origem;
- Independente de escolarização anterior, mediante análise e avaliação das aprendizagens e conhecimentos do educando.

8.5. Reclassificação

A escola adota o processo de reclassificação inclusive para os educandos que ingressarem, por transferência entre estabelecimentos situados no país ou no exterior, com organização curricular diferenciada, tendo por base as orientações regimentais da escola onde o educando se reinsere.

É realizada por meio de análise e avaliação das aprendizagens e experiências do educando, com base em instrumentos avaliativos e/ou nos planos de estudo que fazem parte da organização escolar, com o propósito de situar o educando no Ciclo de Formação adequado.

8.6. Aproveitamento de Estudos

Para o educando que ingressa por transferência, a escola deve aproveitar os seus estudos concluídos com êxito, os quais significam o encerramento de uma sequência curricular, analisados pela Coordenação Pedagógica.

8.7. Adaptação de Estudos

A adaptação de estudos tem a função de auxiliar a integração do educando, recebido por transferência, à Proposta Político-Pedagógica, através da adaptação e complementação de estudos em adequação aos componentes da matriz curricular dos Ciclos de Formação. Este processo, orientado pela Coordenação Pedagógica, assessora o coletivo dos educadores na preparação, na implementação e no acompanhamento dos planos especiais de trabalho.

Os planos especiais são construídos pelo coletivo de educadores de cada Ciclo de Formação, com o objetivo de efetivar a adaptação de componentes não cumpridos na escola de origem e não previstos nos anos posteriores a serem cumpridos na escola de destino. Os planos especiais são constituídos de atividades diversificadas, realizadas pelos educandos durante as aulas e em atividades dirigidas, orientadas presencialmente, sob a responsabilidade do(s) educador(es) de cada Ciclo de Formação, tendo seu foco no tempo da aprendizagem do educando, e não na carga horária correspondente ao componente curricular.

8.8. Avaliação do Educador

A Coordenação Pedagógica estabelece o processo de consulta aos educandos para avaliação do trabalho dos educadores e das relações que se estabelecem entre os mesmos e os educandos, como contribuição aos Conselhos de Classe Participativos.

Considerando que na escola o educador é protagonista, ou seja, enquanto ensina também aprende, a autoavaliação do educador, associada à avaliação dos educandos a respeito de seu trabalho, é uma estratégia fundamental para a consistência do processo avaliativo. O sujeito constrói o seu conhecimento; conseqüentemente, constrói também sua avaliação e avalia a sua atuação como educador(a). Dessa forma, o(a) educador(a) reflete sobre sua prática docente e permite, eventualmente, reorientá-la.

A Escola realiza, anualmente, através de Comissão própria, a avaliação de todos os indicadores elencados no percurso individual do Sistema de Avaliação Institucional do diretor e vice-diretor(es), docentes e demais educadores e especialistas de educação.

8.9. Avaliação da Escola

O Conselho Escolar realiza, periodicamente, assembleias gerais para avaliar a gestão da escola, em todas as suas dimensões; reunindo todos os

segmentos da Comunidade Escolar. Essa avaliação tem, por referências, o Regimento Escolar e a Proposta Político–Pedagógica e seus desdobramentos.

A Escola realiza, anualmente, o seu diagnóstico e a avaliação de todas as dimensões e indicadores elencados no Sistema de Avaliação Institucional, a fim de subsidiar a elaboração e/ou readequação dos planos de gestão, dos docentes e demais profissionais de apoio pedagógico. A avaliação envolve todos os segmentos da Comunidade Escolar – educadores, pais, funcionários e educandos.

8.10. Conselho de Classe Participativo

O Conselho de Classe Participativo é uma reunião sistemática e trimestral com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem individual e coletiva dos educandos, que resulta nas expressões avaliativas trimestrais ou finais. Conta com a participação da equipe diretiva, de educadores, de educandos, de pais e de funcionários. Constitui-se no momento da reflexão de todas as áreas sobre o processo de aprendizagem de cada Ciclo de Formação e do educando, e sobre a construção da aprendizagem, com a respectiva ação propositiva para redefinição do trabalho docente junto aos educandos.

9. SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICOS

9.1. Biblioteca Escolar

O serviço de Biblioteca Escolar, como um espaço pedagógico de apoio à aprendizagem, incentiva questões culturais e dinamiza o hábito da leitura, contribuindo para o enriquecimento da expressão e da produção textual dos educandos, dos educadores e da Comunidade Escolar.

Difunde a informação e dá oportunidade de acesso a todas as formas de registros e meios de divulgação do conhecimento: livros, documentos, jornais, revistas, dentre outros; com vista à pesquisa e à leitura, de maneira criativa, viva e envolvente.

9.2. Laboratórios de Ciências da Natureza

Os Laboratórios de Ciências da Natureza consistem em espaços pedagógicos para a realização de experimentos, nos quais os educandos verificam, na prática, a ocorrência de fenômenos naturais específicos, tendo a oportunidade de construir os conceitos a partir da observação da realidade concreta.

9.3. Laboratório de Informática

Os Laboratórios de Informática são espaços pedagógicos nos quais a

tecnologia é utilizada como instrumento de apoio às Áreas do Conhecimento, bem como à preparação dos educandos para uma sociedade informatizada, onde os computadores estão inseridos em atividades essenciais. Estas ferramentas facilitam o aprendizado do(a) educando(a), apoiando-o(a) no processo de reflexão, onde ele aprende utilizando as tecnologias como uma estratégia cognitiva de aprendizagem. Esse acesso deve contemplar o conjunto da Comunidade Escolar.

9.4. Sala de Recursos

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços pedagógicos que oferecem serviços e recursos da Educação Especial nas escolas da rede estadual de ensino.

Esses espaços são organizados para atendimento dos educandos com Atendimento Educacional Especializado/AEE, nos quais são utilizados recursos e procedimentos metodológicos adequados às suas necessidades, contribuindo para as construções do conhecimento, da autonomia, da independência e da cidadania. São espaços de investigação e de compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais; e visam à superação das dificuldades de aprendizagem, bem como o desenvolvimento de diferentes possibilidades dos educandos incluídos. Caracteriza-se como um apoio pedagógico aos educandos incluídos nas turmas regulares, bem como realiza assessoria aos educadores do Ciclo de Formação.

A escola propicia este atendimento aos educandos ou os encaminha para outros espaços especializados, conforme sua especificidade.

9.5. Secretaria da Escola

A Secretaria da Escola é responsável pelo cuidado com os documentos relativos à instituição, aos alunos e aos trabalhadores; e contribui para o processo pedagógico-administrativo atuando, de maneira cooperativa, com a Comunidade Escolar e a Equipe Diretiva.

9.6. Manutenção e Infraestrutura

O serviço de Manutenção e Infraestrutura possibilita condições à escola de usufruir de um espaço adequado ao desenvolvimento pedagógico e administrativo. Contribui, assim, com toda a Comunidade Escolar, na ação educativa, favorecendo a construção de hábitos saudáveis nos espaços de convivência na escola.

9.7. Alimentação Escolar

A alimentação escolar contribui para o desenvolvimento biopsicossocial dos educandos, interagindo com aspectos da aprendizagem escolar e na

formação de hábitos alimentares saudáveis.

Na Educação do Campo, a alimentação escolar deve respeitar a cultura alimentar e fomentar o desenvolvimento local, valorizando os produtos da agricultura familiar.

Esse serviço deve ser qualificado com a formação continuada dos profissionais envolvidos com a alimentação escolar.

10. REGIME ESCOLAR

10.1. Ingresso e Matrícula

A matrícula compreende a admissão de educandos novos na escola e no Ciclo de Formação, assim constituídos:

- I Ciclo de Formação–crianças de 6, 7 e 8 anos de idade;
- II Ciclo de Formação–pré-adolescentes de 9,10 e 11 anos;
- III Ciclo de Formação–adolescentes de 12, 13 14 anos.

O ingresso, formalizado mediante matrícula, onde se apresenta a documentação estabelecida pela mantenedora e, no que couber, pela escola. Educandos, independentemente de escolarização anterior, são avaliados pela escola, definindo-se sua fase de desenvolvimento e experiência, para que se proceda a sua inserção no Ciclo de Formação adequado.

O registro da frequência é feito a partir da data da efetiva matrícula do educando.

A rematrícula ocorre mediante instrumento próprio (assinado pelos pais ou pelos responsáveis; ou pelo educando, se maior de idade) em que este(s) declara(m) conhecer as normas regimentais, cuja cópia, se solicitada, poderá ser disponibilizada a eles pela escola, para ciência de seu teor.

10.2. Frequência

A frequência mínima exigida do educando é de 75% da carga horária do total (setenta e cinco por cento). Aos educadores cabe registrar, sistematicamente, as presenças e ausências dos educandos, informando esses dados à Coordenação Pedagógica e à Secretaria da Escola, observando os casos de dispensa amparados por legislação específica. As situações de infrequência não comunicadas à Coordenação Pedagógica previamente, devem ser verificadas pela escola junto aos familiares ou responsáveis pelo educando.

10.3. Atividades Complementares Compensatórias de Infrequência

As Atividades Complementares Compensatórias de Infrequência são atividades presenciais, realizadas dentro do período letivo, oferecidas aos educandos infrequentes, com o objetivo de resgatar as aprendizagens que não foram realizadas naquele período, e para que não se comprometa a sequência de estudos dos educandos por infrequência.

São registradas em lista de controle de frequência específica, constando atividades de estudos complementares compensatórios, conforme plano específico.

10.4. Transferência

São admitidos educandos, por transferência, no transcorrer de todo o período letivo, possibilitando o ingresso de educandos egressos de outras instituições, bem como a transferência de educandos da escola para outros estabelecimentos, mediante atestado de vaga, emitindo os documentos necessários.

10.4.1. Documentação Recebida

A admissão de educandos por transferência, egressos de outras escolas, requer a apresentação dos seguintes documentos:

- Histórico Escolar com declaração de conclusão do(s) Ciclo de Formação;
- Comprovante do ano em curso, considerando avaliação relativa ao período letivo já transcorrido que expresse a construção das aprendizagens do educando, conforme o Regimento da escola de origem; se necessário. Consultando o seu Plano de Estudos para proceder às adaptações curriculares e aproveitamento de estudos.

10.4.2. Documentação Emitida

Aos educandos que solicitem transferência para outros estabelecimentos de ensino, será fornecido, conforme o caso:

- Histórico Escolar com declaração de conclusão do(s) (s);
- Declaração que comprove a situação escolar e que expresse a construção das aprendizagens do educando no Ciclo de Formação em curso;
- A escola fornece informações sobre o desenvolvimento curricular do educando que auxiliem sua adequação na escola para qual for transferido.

10.4.3. Documentação de Conclusão de Curso:

Ao educando que conclui o Ensino Fundamental, são expedidos o Certificado de Conclusão e o Histórico Escolar, em duas vias.

Para os educandos com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, é expedido Certificado de Conclusão e o Histórico Escolar, acompanhado de Parecer Descritivo, em duas vias.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

O Regimento Escolar deve ser do conhecimento de toda a comunidade

escolar e ficar em lugar de fácil acesso como Biblioteca e/ou Secretaria de Escola.

Os casos omissos deste Regimento serão decididos, no que couber, ouvindo o Conselho Escolar, a Equipe Diretiva e a Mantenedora.